

Concurso Público

001. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **07**.

A ciência do humor

Na média, nós rimos entre 15 e 20 vezes por dia. Mas a variação entre indivíduos é grande. E não só entre indivíduos. Mulheres riem mais do que homens, mas são piores contadoras de piadas. E, à medida que envelhecem, elas tendem a rir menos, o que não acontece com eles. Também preferimos (todos) rir à tarde e no início da noite.

Um bom estoque de informações como essas, além daquela que foi considerada a piada mais engraçada do mundo, está em *Ha!: The Science of When We Laugh and Why* (Ha!: a ciência de quando rimos e por quê), do neurocientista Scott Weems.

O livro é interessante sob vários aspectos. Além das já referidas trivialidades, cujo valor é intrínseco, Weems faz um bom apanhado de como andam os estudos do humor, campo que apenas engatinhava 30 anos atrás e hoje conta com sociedades e artigos dedicados ao tema.

O que me chamou a atenção, entretanto, é que o autor propõe um modelo um pouco diferente para compreender o humor, que seria um subproduto da forma como nosso cérebro processa as dezenas de informações conflitantes que recebe a cada instante. Embora nós gostemos de imaginar que usamos a lógica para avaliar as evidências e tirar uma conclusão, trabalhos neurocientíficos sugerem que a mente é o resultado de uma **cacofonia** de módulos e sistemas atuando em rede. Vence aquele módulo que grita mais alto. Frequentemente, o cérebro aproveita essa confusão para, a partir da complexidade, produzir ideias novas e criativas.

Quando essas ideias atendem a certos requisitos como provocar surpresa e apresentar algo que pareça, ainda que vagamente, uma solução para o conflito, achamos graça e sentimos prazer, que vem na forma de uma descarga de dopamina, o mesmo neurotransmissor envolvido no vício em drogas e no aprendizado.

Basicamente, o humor é o resultado **inopinado** de nosso modo de lidar com ambiguidades e complexidades.

(Hélio Schwartzman, *Folha de S.Paulo*, 13.04.2014. Adaptado)

- 01.** As informações apresentadas no primeiro parágrafo são consideradas, por Hélio Schwartzman, como
- (A) fictícias.
 - (B) triviais.
 - (C) complexas.
 - (D) revolucionárias.
 - (E) progressistas.
- 02.** De acordo com Hélio Schwartzman, o humor constitui um campo de pesquisa que
- (A) permanece inexplorado no meio acadêmico.
 - (B) está em estágio embrionário atualmente.
 - (C) se popularizou há pouco mais de 30 anos.
 - (D) dificilmente será tratado com seriedade.
 - (E) ganhou notabilidade há pouco tempo.

- 03.** Segundo Scott Weems, o humor decorre da maneira como
- (A) o indivíduo soluciona conflitos com o raciocínio lógico.
 - (B) a mente interpreta logicamente conteúdos irracionais.
 - (C) o cérebro humano processa informações conflitantes.
 - (D) a razão se surpreende diante de um problema insolúvel.
 - (E) o homem repete padrões para solucionar problemas com eficácia.
- 04.** O termo **cacofonia**, em destaque no quarto parágrafo, está empregado com o sentido de
- (A) lógica.
 - (B) confusão.
 - (C) similaridade.
 - (D) consonância.
 - (E) congruência.
- 05.** Um antônimo para o termo **inopinado**, em destaque no último parágrafo, é
- (A) súbito.
 - (B) fortuito.
 - (C) aleatório.
 - (D) previsível.
 - (E) acidental.
- 06.** Assinale a alternativa em que a frase – **Frequentemente**, o cérebro aproveita essa confusão para, **a partir da complexidade**, produzir ideias novas e criativas. – permanece pontuada corretamente, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, após o deslocamento das expressões em destaque.
- (A) O cérebro, **frequentemente**, aproveita essa confusão para produzir ideias novas e criativas **a partir da complexidade**.
 - (B) O cérebro **frequentemente**, aproveita essa confusão para, produzir ideias novas e criativas, **a partir da complexidade**.
 - (C) O cérebro, **frequentemente** aproveita essa confusão para produzir, **a partir da complexidade** ideias novas e criativas.
 - (D) O cérebro aproveita **frequentemente**, essa confusão para produzir **a partir da complexidade**, ideias novas e criativas.
 - (E) O cérebro aproveita, **frequentemente** essa confusão para produzir, **a partir da complexidade**, ideias novas e criativas.

07. Considere as seguintes passagens do texto.

- E, **à medida que** envelhecem, elas tendem a rir menos, o que não acontece com eles.
- Quando essas ideias atendem a certos requisitos como provocar surpresa e apresentar algo que pareça, **ainda que** vagamente, uma solução para o conflito, achamos graça e sentimos prazer...

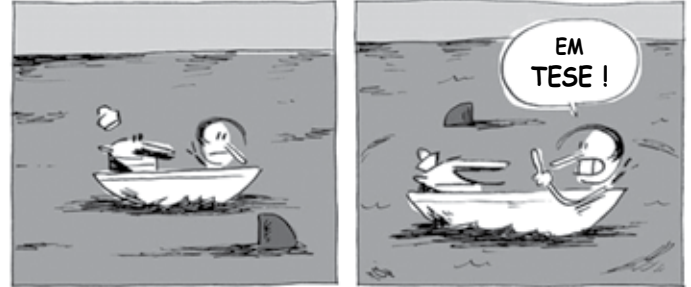
As expressões destacadas expressam, respectivamente, noções de

- (A) comparação e modo.
- (B) causa e condição.
- (C) tempo e finalidade.
- (D) proporção e concessão.
- (E) conformidade e consequência.

08. Assinale a alternativa em que a concordância está em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) No futuro, um breve acesso a nossas lentes digitais permitirão obter as informações que buscamos.
- (B) Em um piscar de olhos, haverão diversos dados sobre aquela pessoa que julgamos conhecer de algum lugar.
- (C) Uma consulta ao acervo digital fornecerá informações precisas sobre eventos que poderiam ter ficado esquecido facilmente.
- (D) Nossas ações poderão ser constantemente filmadas por câmeras distribuídas pelos lugares que frequentamos.
- (E) Atualmente já são fabricados óculos que dispõem de câmeras minúsculas, capaz de filmar tudo aquilo que olhamos.

09. Leia a tira e, em seguida, assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas.



(Caco Galhardo, *Folha de S.Paulo*, 13.04.2014)

A frase **Em tese!**, no último quadrinho, equivale a _____ e expressa o desejo da personagem de _____ sua fala do primeiro quadrinho.

- (A) Potencialmente! ... reforçar
- (B) Eventualmente! ... referendar
- (C) Tecnicamente! ... atestar
- (D) Factualmente! ... anular
- (E) Teoricamente! ... relativizar

10. Assinale a alternativa em que o acento indicativo de crase está empregado corretamente.

- (A) Prefiro a solidão à ideia de ficar aqui contigo.
- (B) Prefiro os perigos do mar à essa embarcação.
- (C) Prefiro a morte à uma vida do teu lado.
- (D) Prefiro o silêncio à qualquer conversa contigo.
- (E) Prefiro os tubarões à você.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CIVIL

11. Assinale a alternativa correta acerca das associações.

- (A) Em sua essência, assim como nas sociedades, as associações têm por finalidade a obtenção de lucro, a ser distribuído entre os associados.
- (B) A exclusão dos associados, nas hipóteses em que o estatuto permitir, independe de procedimento que assegure o direito de defesa.
- (C) As associações podem ser públicas, sendo classificadas como pessoa jurídica de direito público interno.
- (D) Em razão de sua natureza, não se admite a existência de categorias de associados com vantagens especiais.
- (E) Em caso de dissolução da associação, não se admite a restituição das contribuições que os associados prestaram à associação, devendo o patrimônio integral ser revertido para instituição de fins idênticos ou semelhantes.

12. A respeito das fundações, é correto afirmar que

- (A) consiste na dotação especial de bens livres, podendo ser criada por escritura pública ou testamento.
- (B) são constituídas pela união de pessoas, tendo em vista fins morais, religiosos, literários ou artísticos.
- (C) não pode ser criada por pessoa jurídica, mas tão somente por pessoa física com plena capacidade civil.
- (D) sua criação independe de aprovação do Ministério Público, resguardada a possibilidade de fiscalização pelo órgão competente.
- (E) não pode ser instituída com prazo determinado de existência, salvo se a razão de sua existência for momentânea, como uma guerra civil.

13. Inicia-se a existência legal das sociedades empresárias

- (A) quando da formação da *affectio societatis*, presumindo-se que a formação se deu no primeiro ato público inerente às suas atividades.
- (B) no ato da subscrição do ato constitutivo pelo último sócio.
- (C) no momento em que há execução, de fato, das atividades sociais.
- (D) no início da oferta de produtos ou serviços ao público.
- (E) com a inscrição do ato constitutivo no órgão competente.

14. A fraude contra credores, entendida como modalidade de defeito do negócio jurídico, é causa de

- (A) anulabilidade do negócio jurídico praticado por devedor insolvente, com o objetivo de fraudar execução judicial.
- (B) nulidade absoluta do negócio jurídico em que o devedor insolvente transmite bens, com o intuito de fraudar credores.
- (C) nulidade absoluta do negócio jurídico praticado por devedor insolvente, com o objetivo de fraudar execução judicial.
- (D) anulabilidade do negócio jurídico em que o devedor insolvente transmite bens, com o intuito de fraudar credores.
- (E) nulidade absoluta do negócio jurídico em que o devedor insolvente transmite bens, por simulação, com o objetivo de fraudar credores.

15. Acerca da posse e do direito de propriedade, bem como desdobramentos dos institutos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os bens móveis não estão sujeitos à aquisição por usucapião.
- (B) O possuidor responde pela deterioração do bem, ainda que não decorra de culpa sua, seja a posse de boa ou má-fé.
- (C) A existência de título e a boa-fé são elementos que influenciam na prescrição aquisitiva.
- (D) O proprietário pode livremente usar, gozar e dispor de seu bem, ainda que seus atos não lhe tragam qualquer comodidade ou utilidade e sejam animados pela intenção de prejudicar terceiros.
- (E) Não se admite a renúncia ao direito de propriedade, caracterizando ilícito civil o abandono.

16. Assinale a alternativa correta a respeito do instituto da hipoteca.

- (A) O direito de uso especial para fins de moradia, o direito real de uso e a propriedade superficiária podem ser objeto de hipoteca.
- (B) É lícita a convenção, por escrito, acerca da impossibilidade do proprietário alienar imóvel hipotecado.
- (C) No direito brasileiro, não se admite a pluralidade de hipotecas sobre o mesmo bem, minimizando, assim, riscos de insuficiência da garantia.
- (D) É vedado às partes convencionar, por escrito, que a alienação do bem levará ao vencimento antecipado da dívida.
- (E) Os navios e as aeronaves não podem ser objeto de hipoteca.

17. Assinale a alternativa correta a respeito do instituto da alienação fiduciária de coisa imóvel e de suas peculiaridades.
- (A) Em razão do contexto de seu surgimento, a alienação fiduciária pode ser contratada somente por pessoa física, não sendo privativa das entidades que operam o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI).
 - (B) Constituindo-se a propriedade fiduciária, a posse direta e indireta é mantida pelo fiduciante, resguardando-se ao fiduciário direito real sobre o imóvel.
 - (C) Com a integral liquidação da dívida, o fiduciário deverá fornecer o termo de quitação ao fiduciante, no prazo estabelecido legalmente, sob pena de multa.
 - (D) Vencida a dívida, ou parte dela, será consolidada a propriedade do imóvel em nome do fiduciário, independentemente de prévia notificação, promovendo-se leilão público para alienação do bem.
 - (E) Em caso de leilão público, será procedido em única hasta, não se admitindo arrematação em percentual inferior a 60% (sessenta por cento) do valor de mercado, sob pena de anulação, em razão da venda a preço vil.
18. Com relação à cláusula penal, assinale a alternativa correta.
- (A) O valor correspondente à cláusula penal não pode superar o valor da obrigação principal.
 - (B) Não se admite a estipulação de cláusula penal para obrigações de fazer ou não fazer, ressalvada a possibilidade de multa cominatória fixada pelo juiz.
 - (C) A cláusula penal deve ser estipulada conjuntamente com a obrigação, não se admitindo estipulação em ato posterior.
 - (D) Não se admite a cumulação de cláusula penal moratória e compensatória.
 - (E) Para que se exija a pena convencional, é imprescindível que o credor demonstre prejuízo, sob pena de enriquecimento indevido.
19. Assinale a alternativa correta acerca do pagamento em consignação, no contexto do adimplemento e extinção das obrigações.
- (A) A existência de litígio sobre o objeto do pagamento não é hipótese de pagamento em consignação.
 - (B) O pagamento em consignação pode se dar de forma extrajudicial, por meio de estabelecimento bancário.
 - (C) Efetuado o depósito, os juros de mora continuam a correr até que o credor manifeste sua aceitação.
 - (D) Em se tratando de imóvel, não cabe pagamento em consignação.
 - (E) As despesas com o depósito correm por conta do credor, independentemente da procedência ou não da consignação.
20. É hipótese de novação:
- (A) o atingimento do patrimônio dos sócios de pessoa jurídica, em caso de desconsideração da personalidade desta.
 - (B) a celebração de confissão de dívida, prorrogando o prazo de vencimento da dívida.
 - (C) a inclusão de um garantidor, em ato posterior à celebração do negócio jurídico principal.
 - (D) o falecimento do devedor, subsistindo a dívida com relação aos herdeiros, nos limites da herança.
 - (E) a substituição do credor, em virtude de obrigação nova, ficando o devedor quite com o credor original.
21. Uma das formas de transmissão das obrigações é a cessão de crédito. A respeito do instituto, é correto afirmar que
- (A) não se admite a cláusula proibitiva de cessão, salvo se uma das partes for composta por órgão da Administração Pública.
 - (B) em regra, o cedente responde pela solvência do devedor.
 - (C) havendo mais de um devedor, solidariamente responsáveis pela dívida, é vedada a cessão de crédito.
 - (D) a penhora do crédito, com conhecimento por parte do credor, impossibilita a cessão.
 - (E) é nula a cessão realizada sem que se tenha procedido à notificação do devedor.
22. É correto afirmar que a exceção do contrato não cumprido
- (A) é aplicada tão somente em determinadas espécies de contratos bilaterais, conforme específicas previsões legais.
 - (B) depende de expressa convenção, por escrito, entre as partes.
 - (C) consiste na faculdade de não cumprimento das obrigações, por uma das partes, em razão da existência de condições suspensivas.
 - (D) não tem previsão no ordenamento jurídico brasileiro, mas o instituto tem larga aplicação, por construção doutrinária e jurisprudencial.
 - (E) pode ocorrer em caso de diminuição do patrimônio de uma das partes, capaz de comprometer a prestação pela qual se obrigou.

23. No que tange ao instituto do sinal (ou arras), assinale a alternativa correta.
- (A) O sinal deve ser exclusivamente em dinheiro, e em moeda nacional corrente.
 - (B) Se a inexecução do contrato se deu por quem recebeu o sinal, deverá devolvê-lo, em dobro, para a parte contrária.
 - (C) O valor do sinal não pode ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor total da obrigação.
 - (D) Havendo estipulação do direito de arrependimento, é vedada a retenção do sinal por quem o recebeu.
 - (E) Quando estipulado direito de arrependimento, o sinal não poderá ultrapassar 10% (dez por cento) do valor total da obrigação.
24. Em caso de alienação de bem móvel alugado, o adquirente
- (A) poderá notificar o locatário para devolução do bem em 90 (noventa) dias, se houver cláusula de vigência em caso de alienação.
 - (B) estará obrigado a respeitar o contrato de locação, se houver cláusula de vigência em caso de alienação, independentemente de haver registro do contrato no cartório competente.
 - (C) deverá respeitar o contrato de locação, havendo ou não cláusula de vigência em caso de alienação, na medida em que o locatário é parte estranha à compra e venda.
 - (D) estará obrigado a respeitar o contrato de locação, se houver cláusula de vigência em caso de alienação, bem como registro no cartório competente.
 - (E) poderá requerer a devolução do bem tão somente se o locatário foi previamente notificado acerca da compra e venda e não apresentou qualquer espécie de oposição.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

25. Quanto ao procedimento sumário, assinale a alternativa correta.
- (A) São processadas pelo rito sumário as causas cujo valor seja de até 40 salários-mínimos.
 - (B) Não é possível adotar o procedimento sumário nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas.
 - (C) Na ação de rito sumário, em razão da celeridade que a caracteriza, não se admite realização de perícia.
 - (D) Não é possível ao réu, em contestação, formular pedido contraposto nem apresentar reconvenção.
 - (E) Não se admite intervenção de terceiros, recurso de terceiro interessado e denunciação da lide.

26. O Ministério Público ingressa com ação judicial em favor de menores para garantir vaga em creche. Nesse caso, é correto afirmar que o Ministério Público:
- (A) ingressa com ação em nome dos menores, atuando como seu advogado, pois o pleito refere-se a um direito indisponível, qual seja, o direito à educação.
 - (B) não pode ingressar com ação civil pública para defesa dos interesses dos menores, pois esta ação somente pode ser manejada para defesa de direitos difusos e coletivos.
 - (C) atua como representante dos menores, pois eles não possuem capacidade processual de ser parte em razão da idade.
 - (D) impetra mandado de segurança, constando como impetrantes os menores, pois estes não possuem capacidade postulatória, devendo ser assistidos pelo órgão.
 - (E) ingressa com ação civil pública em nome próprio para defesa de direito dos menores, situação conhecida como substituição processual ou legitimação extraordinária.
27. Quanto ao reexame necessário, assinale a alternativa correta.
- (A) O reexame necessário se aplica em todas as ações em que a sentença tenha sido desfavorável ao Estado.
 - (B) Na ação popular, o reexame necessário somente ocorre se a sentença concluir pela carência ou pela improcedência da ação.
 - (C) Se houver recurso voluntário do ente público de todos os pontos desfavoráveis da sentença, não se aplica o reexame necessário.
 - (D) O reexame necessário não tem prazo, de forma que a sentença não transita em julgado enquanto não apreciada pelo Tribunal *ad quem*.
 - (E) Se a sentença for omissa quanto ao reexame necessário e não houver recurso desse tópico, ela transitará em julgado e não será possível o conhecimento *ex officio* pelo Tribunal *ad quem*.
28. Pedro Silva ingressa com ação de indenização por danos morais em face de Thiago Gomes. A ação foi julgada procedente e transitou em julgado. Posteriormente, verifica-se que a decisão foi fundada em prova falsa. Para desconstituição da sentença, Thiago Gomes deverá
- (A) impetrar mandado de segurança para desconstituir o julgado, eis que, com o trânsito em julgado, não existe mais recurso a ser interposto.
 - (B) ficar inerte, pois, como a sentença foi calcada em prova falsa, não poderá produzir efeitos.
 - (C) propor ação rescisória para desconstituição do julgado, eis que houve prolação de sentença de mérito.
 - (D) propor ação declaratória de inexistência da sentença, pois apesar de ter sido fundada em prova falsa, é necessário o pronunciamento judicial para retirar a sua eficácia.
 - (E) optar em ingressar com ação rescisória ou declaratória de inexistência de sentença para que esta deixe de produzir efeitos.

29. Quanto à coisa julgada, é correta a seguinte afirmação.

- (A) Na substituição processual, a coisa julgada material não pode atingir o substituído processual.
- (B) Na sucessão processual por alienação de coisa litigiosa, havendo concordância das partes do processo, o direito passa a ser defendido pelo adquirente, que assume a qualidade de parte, e a coisa julgada o atinge.
- (C) Na sucessão processual, se não houver concordância das partes de que o sucessor assumira a posição do sucedido, aquele (o sucessor) não poderá ser atingido pela coisa julgada.
- (D) Nas ações civis públicas que são movidas em defesa de interesses difusos, a coisa julgada material tem eficácia *secundum eventum litis*, ficando restrita às sentenças de mérito, ainda que a improcedência seja por insuficiência de provas.
- (E) Todas as sentenças proferidas nos processos de jurisdição voluntária se sujeitam à coisa julgada material.

30. João da Silva ingressa com ação de indenização por danos materiais decorrentes de colisão de veículo em face de Pedro de Souza. Em resposta, Pedro de Souza alega prescrição e no mérito que a colisão ocorreu por imprudência de João da Silva. A sentença rejeitou a prejudicial de prescrição, mas julgou a ação improcedente. Diante dessa decisão, Pedro de Souza pode

- (A) interpor recurso de apelação em face do tópico da sentença que afastou a prescrição.
- (B) interpor recurso adesivo para insistir na prescrição, se João da Silva interpuser recurso de apelação.
- (C) interpor recurso de agravo de instrumento em face do tópico da sentença que lhe foi desfavorável.
- (D) insistir no acolhimento da prescrição em preliminar de contrarrazões de recurso de apelação, se João da Silva recorrer.
- (E) insurgir-se contra a rejeição da prescrição por meio de agravo retido, que deve ser reiterado por ocasião das contrarrazões, se João da Silva recorrer.

31. Em acórdão do Tribunal de Justiça, por unanimidade de votos, foi mantida a sentença que rejeitou a prescrição e, por maioria de votos, confirmou-se a sentença de improcedência da ação. Considerando essas informações, assinale a alternativa correta.

- (A) O réu poderá opor embargos infringentes com relação à prescrição, apesar de a decisão ter sido unânime nesse tópico, pois essa matéria pode ser conhecida de ofício.
- (B) Não cabem embargos infringentes, apesar de o julgamento ter sido por maioria de votos, no que diz respeito à improcedência da ação.
- (C) São cabíveis embargos infringentes se o autor demonstrar que, em situações semelhantes, a decisão do mesmo Tribunal foi em sentido oposto ao que foi decidido.
- (D) São cabíveis os embargos infringentes, que devem ser julgados não pela turma, mas pela Câmara, composta de 5 desembargadores.
- (E) São cabíveis embargos infringentes somente no tópico que confirmou a sentença de improcedência, pois este recurso deve se ater aos limites da divergência.

32. Carlos Santos é locatário de um imóvel rural e seu locador, Paulo Carvalho, pelo fato de ser proprietário do bem, entende que pode consumir os frutos da propriedade. Carlos Santos fica sabendo que Paulo Carvalho contratou alguns trabalhadores rurais para começar a colher os frutos na semana seguinte. Para a proteção da sua posse, Carlos Santos

- (A) deve propor ação de interdito proibitório, em razão da ameaça à posse.
- (B) não tem direito à proteção possessória, pois não é proprietário do imóvel.
- (C) deve propor ação de manutenção de posse, pois ele vem sendo turbado de sua posse e pretende ser mantido integralmente na posse do imóvel.
- (D) deve propor ação de reintegração de posse, pois há ameaça de turbação de sua posse.
- (E) deve propor ação de imissão de posse, para garantir a integral manutenção da posse do imóvel.

33. Carlos Santos é credor de Paulo Soares em razão da venda de sua produção agrícola, cujo pagamento ocorreu por meio de um cheque. Ocorre que o credor não recebeu o valor constante no cheque e agora este está prescrito. Considerando essas informações, assinale a alternativa correta.

- (A) O credor não poderá demandar em face de Paulo Soares, em razão da prescrição do seu título executivo.
- (B) O credor poderá buscar a obtenção do valor consignado no cheque, ingressando com ação monitória em face de Paulo Soares.
- (C) Como o cheque está prescrito, o credor somente poderá tentar reaver o valor nele consignado por meio de ação de cobrança.
- (D) Como o cheque é título executivo, o credor pode ingressar com ação de execução de título extrajudicial.
- (E) O credor deverá protestar o cheque e, posteriormente, ingressar com ação de execução de título extrajudicial ou de cobrança.

34. Assinale a alternativa correta.

Cabe reconvenção:

- (A) nos procedimentos de jurisdição voluntária.
- (B) em processos de rito sumário.
- (C) em processos de conhecimento, nos procedimentos de jurisdição contenciosa.
- (D) em ações de execução.
- (E) em processos cautelares.

35. Quanto à ação popular, assinale a afirmação correta.

- (A) Para instruir a inicial, o cidadão poderá requerer às entidades mencionadas na lei da ação popular as certidões e informações que julgar necessárias, que não podem ser negadas.
- (B) A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, deve aderir ao polo ativo da ação, pois esta é proposta com vistas à proteção do erário.
- (C) A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá figurar no polo passivo da ação.
- (D) O Ministério Público pode ingressar com ação popular.
- (E) Como a ação popular visa resguardar o erário e proteger o patrimônio público, essa ação é imprescritível.

36. Assinale a alternativa correta, no que concerne ao mandado de segurança.

- (A) É possível renovar o pedido de mandado de segurança dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não tiver apreciado o mérito.
- (B) É possível o ingresso de litisconsorte ativo após a vinda das informações da autoridade coatora.
- (C) Nos termos da Lei do Mandado de Segurança, da sentença concessiva da ordem, não se exige o reexame necessário se o valor da causa for inferior a 60 salários-mínimos.
- (D) A participação da autoridade coatora no feito esgota-se com a apresentação das informações, eis que, por não possuir capacidade postulatória, não pode interpor recurso.
- (E) A sentença concessiva da ordem em mandado de segurança somente pode ser cumprida após o trânsito em julgado.

37. Assinale a alternativa correta.

- (A) Se o dispositivo constitucional embasador do recurso extraordinário estiver prequestionado, o recurso não pode ser inadmitido.
- (B) Da decisão que denega a ordem em ação de mandado de segurança impetrado em face do governador do Estado cabem recurso especial e recurso extraordinário.
- (C) No recurso extraordinário, o recorrente deve demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no recurso.
- (D) Da decisão da Presidência do Tribunal *a quo* que nega seguimento ao recurso extraordinário não cabe recurso.
- (E) É possível interposição de recurso extraordinário em face de acórdão que tenha violado dispositivo de Lei Estadual.

38. Assinale a alternativa correta.

- (A) Dependem de homologação pelo Supremo Tribunal Federal, para serem executados, os títulos executivos estrangeiros.
- (B) A propositura de qualquer ação relativa ao débito constante do título executivo inibe o credor de promover-lhe a execução.
- (C) O devedor sempre responde, para o cumprimento de suas obrigações, com todos os seus bens presentes e futuros.
- (D) O credor, que estiver, por direito de retenção, na posse de coisa pertencente ao devedor, poderá promover a execução sobre outros bens sem que seja excutida a coisa que se achar em seu poder.
- (E) Ficam sujeitos à execução os bens do sucessor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

39. Segundo a lei das Ações Cíveis Públicas, as associações serão legitimadas ativas para propor demandas coletivas se preencherem concomitantemente alguns requisitos, dentre os quais:

- (A) estiverem constituídas há pelo menos dois anos nos termos da lei civil.
- (B) incluírem entre as suas finalidades institucionais a proteção à livre concorrência e a proteção ao patrimônio estético.
- (C) estiverem constituídas há pelo menos um ano, mesmo que informalmente.
- (D) incluírem em suas finalidades institucionais apenas a proteção ao meio ambiente e a proteção ao paisagismo.
- (E) estiverem constituídas há pelo menos seis meses, nos termos da lei civil.

40. A ação popular é um instrumento que concede ao cidadão o direito de buscar o Poder Judiciário, na tentativa de invalidar atos administrativos praticados por pessoas jurídicas de Direito Público, tanto da Administração Direta quanto da Administração Indireta. A respeito de seu objeto, é correto afirmar que são
- (A) anuláveis os atos lesivos praticados pela União quando tais atos não estiverem incluídos em suas atribuições.
 - (B) nulos os atos que concedem licença de exportação que não resultar em privilégio para o exportador.
 - (C) nulos os atos de operação de redesconto quando, sob qualquer aspecto, inclusive o limite de valor, desobedecerem às normas legais, regulamentares ou constantes na regra geral.
 - (D) anuláveis os atos de admissão ao serviço público remunerado, com desobediência quanto às condições de habilitação legal.
 - (E) nulos os atos praticados com falta de desvio de finalidade.
41. A Lei n.º 8.429/92, também conhecida como lei da “Improbidade Administrativa”, sanciona os atos ilícitos praticados por agentes públicos no exercício de seu mandato, cargo, emprego ou função administrativa pública. A respeito dos atos de improbidade administrativa, é correto afirmar que, dentre os que importam
- (A) em enriquecimento ilícito, está o ato de facilitar por qualquer forma a incorporação ao patrimônio de pessoa física, bem e rendas integrantes do acervo de pessoas públicas.
 - (B) em atos que atentam contra os princípios da administração pública, está aquele realizado com o fito de perceber vantagem econômica direta ou indiretamente, para facilitar a aquisição de bem imóvel por parte das pessoas públicas.
 - (C) em atos que prejudicam o erário, está aquele praticado com a intenção de negar a publicidade de atos oficiais.
 - (D) em enriquecimento ilícito, está o ato praticado visando fim proibido em lei ou regulamento.
 - (E) em atos que atentam contra os princípios da administração pública, está aquele que frustra a licitude de um concurso público.
42. Um médico cirurgião foi contratado para realizar uma intervenção em um paciente diagnosticado com pedras na vesícula. Fez a cirurgia e, após algum tempo, o paciente ainda sentia muitas dores no abdômen, sendo que, ao realizar um exame, descobriu que o cirurgião deixou dentro de seu corpo uma agulha cirúrgica que estava lhe causando inúmeras pequenas perfurações, afetando o bom funcionamento de seu intestino.
- Analisando o caso sob o prisma da responsabilidade civil, constante no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que a responsabilidade do médico é
- (A) objetiva, sendo que o paciente poderá propor ação no prazo prescricional de noventa dias, a contar do aparecimento da nova patologia.
 - (B) subjetiva, sendo que o paciente poderá propor ação no prazo decadencial de noventa dias, a contar do aparecimento da nova patologia.
 - (C) objetiva, sendo que o paciente poderá propor ação no prazo prescricional de cinco anos, a contar do aparecimento da nova patologia.
 - (D) subjetiva, sendo que o paciente poderá propor ação no prazo prescricional de cinco anos, a contar do aparecimento da nova patologia.
 - (E) subjetiva, sendo que o paciente poderá propor ação no prazo decadencial de cinco anos, a contar do aparecimento da nova patologia.
43. O Estatuto da Criança e do Adolescente possui em seu bojo um capítulo destinado a regulamentar a proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos. A respeito dessa regulamentação, é correto afirmar:
- (A) admitir-se-á o litisconsórcio necessário entre o Ministério Público da União e dos Estados, na defesa dos interesses e direitos das crianças e adolescentes.
 - (B) em caso de desistência ou abandono da ação proposta por associação legitimada, o Ministério Público, ou outro legitimado, deverá assumir a titularidade ativa.
 - (C) em ações de obrigação de fazer ou não fazer, caso haja imposição de multa diária ao réu, esta poderá ser exigida mesmo que haja apelação sob análise no Tribunal.
 - (D) os valores das multas impostas ao réu em ações de obrigação de fazer ou não fazer serão revertidas ao fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo Estado.
 - (E) o juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.

44. Na moderna sociedade de consumo, os fornecedores ofertam garantias contratuais para atrair os consumidores para a aquisição de seus produtos ou serviços. A respeito do instituto da garantia constante no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:
- (A) a garantia contratual é complementar à garantia legal e será sempre conferida mediante termo por escrito. Para produtos duráveis, a garantia contratual deve ser somada ao prazo de 90 dias da garantia legal.
 - (B) para produtos e serviços não duráveis, a garantia contratual é de 30 dias, e a garantia legal nunca poderá ultrapassar um ano.
 - (C) nos produtos duráveis, a garantia legal sempre estará inclusa no termo escrito da garantia contratual, e a soma desses períodos não poderá ultrapassar 90 dias.
 - (D) a garantia legal soma-se à contratual; para produtos não duráveis, a soma desses dois períodos sempre será de 30 dias.
 - (E) para que a garantia legal tenha valor, será necessário um termo escrito; para produtos duráveis, seu prazo máximo será de 90 dias.
45. O Conselho Tutelar é o órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. A respeito desse órgão, é correto afirmar que
- (A) em cada município haverá, no mínimo, um conselho tutelar como órgão da administração pública, composto por seis membros escolhidos pela população, com mandato de quatro anos, não permitida a recondução.
 - (B) poderá ser eleito como membro do conselho tutelar quem for reconhecido como moralmente idôneo, que possua idade superior a vinte e um anos e resida no município onde exercerá suas atividades.
 - (C) são considerados suspeitos de servir no mesmo conselho tutelar: marido e mulher, ascendentes, descendentes, sogro e nora.
 - (D) a posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia primeiro de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.
 - (E) o exercício efetivo do cargo de conselheiro não constituirá serviço público e sim ato assistencial voluntário.
46. O Código de Defesa do Consumidor forma um microsistema de normas, composto por uma interdisciplinaridade de matérias. Nesse contexto, o legislador inseriu no texto normativo um rol de sanções administrativas. Em relação a esse capítulo dessa codificação, é correto afirmar:
- (A) a União e os Estados e o Distrito Federal, em caráter privativo e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas a produção, industrialização e distribuição de produtos e serviços.
 - (B) caso haja aplicação de pena de multa, esta não será em montante inferior a trezentas e não superior a três milhões de vezes o valor da unidade fiscal de referência ou índice que venha substituí-lo.
 - (C) a pena de cassação de concessão não será aplicada à concessionária de serviço público que violar obrigação legal, por força do princípio da supremacia do interesse público sobre o particular.
 - (D) a pena de intervenção administrativa será aplicada somente quando for possível a cassação da licença, a interdição ou suspensão da atividade.
 - (E) a imposição da contrapropaganda será cominada quando o fornecedor incorrer na prática de publicidade abusiva ou enganosa, sempre às expensas do infrator.
47. As crianças e os adolescentes possuem um tratamento diferenciado pela lei porque encontram-se em uma situação distinta enquanto passam por essas fases da vida. O Estatuto da Criança e do Adolescente é a legislação atual que prevê, especificamente, quais os direitos fundamentais que devem ser garantidos a esse nicho da população brasileira. A respeito desses direitos, é correto afirmar:
- (A) entende-se por família natural aquela que se estende para além da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, formada apenas por parentes próximos com os quais a criança e o adolescente convivem e mantêm vínculos de afinidade e afetividade.
 - (B) o reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível, imprescritível, podendo ser exercitado apenas contra os pais, observado o segredo de justiça.
 - (C) para colocação em família substituta serão, sempre que possível, ouvidos a criança ou o adolescente, por uma equipe interprofissional, sendo que, em se tratando de maior de 12 anos, será necessário seu consentimento, a ser colhido em audiência.
 - (D) a guarda sempre será concedida fora dos casos de adoção e tutela, para atender a situações peculiares, ou suprir a falta eventual dos pais ou responsáveis pela criança ou pelo adolescente.
 - (E) o deferimento da tutela independe de prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar e implica, necessariamente, o dever de guarda.

48. Para que as penalidades previstas na Lei n.º 8.429/92 (Improbidade Administrativa) sejam aplicadas, é necessária a observância das regras do devido processo legal estampado no bojo do referido texto normativo. A respeito do processo judicial para apuração de atos ilícitos praticados por autoridades públicas, é correto afirmar que
- (A) a ação principal seguirá pelo rito ordinário e deverá ser proposta, pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de 30 dias da efetivação da medida cautelar.
 - (B) se o Ministério Público não for parte, atuará, facultativamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade.
 - (C) a ação principal seguirá pelo rito sumário e poderá ser proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de 30 dias da efetivação da medida cautelar.
 - (D) se o Ministério Público não for parte, atuará, obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de anulabilidade do procedimento.
 - (E) a ação principal seguirá pelo rito ordinário e deverá ser proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de 30 dias da distribuição da medida cautelar.

DIREITO CONSTITUCIONAL

49. Na resolução dos problemas jurídico-constitucionais, deverá ser dada maior primazia aos critérios favorecedores da integração política e social, bem como ao reforço da unidade política. Essa afirmação refere-se ao seguinte princípio de interpretação das normas constitucionais:
- (A) da unidade da constituição.
 - (B) da máxima efetividade ou da eficiência.
 - (C) do efeito integrador.
 - (D) da força normativa da constituição.
 - (E) da concordância prática ou da harmonização.
50. Em decorrência do princípio da indissolubilidade do vínculo federativo, qualquer tentativa de secessão do Estado-membro permitirá
- (A) a decretação de intervenção federal.
 - (B) a decretação de estado de sítio.
 - (C) a decretação de estado de defesa.
 - (D) a convocação da população para votação em plebiscito.
 - (E) a convocação da população para votação mediante referendo obrigatório.

51. Elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social compete
- (A) aos Estados.
 - (B) à União.
 - (C) concorrentemente à União e aos Estados.
 - (D) privativamente aos Municípios.
 - (E) concorrentemente aos Estados e aos Municípios.
52. Ao Estado Federado pertence(m), desde que localizado(s) em seu território ou na extensão do seu litoral,
- (A) o mar territorial.
 - (B) os recursos minerais.
 - (C) os sítios arqueológicos e pré-históricos.
 - (D) as terras devolutas não compreendidas entre as da União.
 - (E) os potenciais de energia hidráulica.
53. Em relação ao que dispõe a Constituição Federal a respeito do Presidente e do Vice-Presidente da República, assinale a alternativa correta.
- (A) Será considerado eleito Presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta dos votos, computados os votos em branco e nulos.
 - (B) A nulidade da votação do Chefe do Executivo não acarreta a nulidade de votação de toda a chapa majoritária.
 - (C) Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição cento e vinte dias depois de aberta a última vaga.
 - (D) Ocorrendo a vacância nos últimos dois anos do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita em noventa dias depois da última vaga, pelo Presidente do Senado.
 - (E) Compete privativamente ao Presidente da República convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.
54. A respeito do Processo Legislativo, é correto afirmar que
- (A) a Constituição poderá ser emendada na vigência de intervenção federal.
 - (B) não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, universal e periódico.
 - (C) são de iniciativa do Congresso Nacional as leis que fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas.
 - (D) as medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.
 - (E) as leis complementares serão aprovadas por maioria simples de cada uma das casas do Congresso Nacional.

55. Um Comandante da Marinha praticou o crime de lesão corporal dolosa e foi preso em flagrante. Seu advogado impetrou *habeas corpus* que deverá ser processado e julgado, originariamente, pelo
- (A) Juiz Federal competente.
 - (B) Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) Supremo Tribunal Federal.
 - (D) Conselho Nacional de Justiça.
 - (E) Superior Tribunal Militar.
56. Conforme prescreve a Constituição Federal a respeito das funções essenciais à justiça, assinale a alternativa correta.
- (A) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
 - (B) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, não precisará ser precedida de autorização do Congresso Nacional.
 - (C) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe ao Advogado-Geral da União.
 - (D) É facultado aos membros do Ministério Público exercer atividade político-partidária.
 - (E) As Defensorias Públicas Estaduais não possuem autonomia funcional e administrativa e seus membros são livremente nomeados pelo Governador do Estado.
57. Tem a função de defesa do ato normativo que está tendo sua inconstitucionalidade apreciada, em tese, pelo Supremo Tribunal Federal o
- (A) Presidente da República.
 - (B) Conselho Nacional de Justiça.
 - (C) Ministro da Justiça.
 - (D) Procurador-Geral da República.
 - (E) Advogado-Geral da União.
58. Visando a proteção da mulher nas relações de trabalho, a Constituição Federal, no que diz respeito aos direitos sociais, prescreve que
- (A) a concessão de licença à gestante será de noventa dias, sem prejuízo do salário e do emprego.
 - (B) é facultativa a dispensa da trabalhadora gestante, durante a gravidez.
 - (C) não há possibilidade de permanência dos filhos da trabalhadora no local de trabalho, durante o período de amamentação.
 - (D) deve haver a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei.
 - (E) é facultativa a diferença de salário, de critérios de admissão e de exercício de funções por motivo de sexo.
59. Contratado atrasa a execução do contrato administrativo comprovando caso fortuito ou força maior, requerendo prorrogação do contrato. Nesse caso, a administração
- (A) pode aceitar sua prorrogação, desde que prevista nas condições da contratação como cláusula expressa.
 - (B) não deve aceitar sua prorrogação, pois está rescindido automaticamente o contrato ante o atraso.
 - (C) deve aceitar a prorrogação, em razão de o atraso estar fundamentado nas excludentes de força maior ou caso fortuito.
 - (D) não deve aceitar a prorrogação pela falta de previsão legal para a escusa de cumprimento.
 - (E) não deve aceitar a prorrogação, pois somente autorização judicial poderá fazê-lo.
60. O número mínimo de convidados para participar em licitação pela modalidade convite é
- (A) 15.
 - (B) 10.
 - (C) 5.
 - (D) 3.
 - (E) 2.
61. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar sanções ao contratado, dentre elas:
- (A) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo não superior a dois anos.
 - (B) impedimento de contratar com a Administração e multa de 30% do valor contratado.
 - (C) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de cinco anos.
 - (D) a perda da garantia e multa correspondente a 25% do valor contratado, se a inadimplência for parcial.
 - (E) pagamento em dobro do valor da garantia e suspensão temporária de participação em licitação até seu efetivo pagamento.

62. No que diz respeito à prescrição e à Administração Pública, assinale a alternativa correta.
- (A) A prescrição quinquenal é válida para direitos reais e pessoais, não se aplicando regras de direito comum à matéria administrativa, afastada reiteradamente pelas decisões jurisprudenciais.
 - (B) A prescrição em favor da Fazenda Pública recomeça a correr, por dois anos e meio, a partir do ato interruptivo, mas não fica reduzida aquém de cinco anos, embora o titular do direito a interrompa durante a primeira metade do prazo.
 - (C) A interrupção do prazo quinquenal de prescrição é reconhecida todas as vezes que for necessário ao administrado, conforme jurisprudência majoritária dos tribunais superiores.
 - (D) As pretensões declaratórias em face da Fazenda Pública prescrevem no mesmo prazo das pretensões condenatórias.
 - (E) O direito à reclamação administrativa, que não tiver prazo fixado em lei, prescreve em cinco anos a contar da data do ato ou fato do qual esta se originar.
63. No que diz respeito ao decreto de desapropriação, assinale a alternativa correta.
- (A) O decreto produz a extinção da propriedade privada e restringe a posse do particular.
 - (B) A ausência do ajuizamento da ação configura a caducidade do decreto, o que não impede que outro seja produzido no intervalo mínimo de um ano.
 - (C) O decreto declaratório de interesse social não se aplica a áreas urbanas.
 - (D) A edição do decreto não autoriza às autoridades penetrarem no prédio expropriado.
 - (E) O prazo para ser exercitada a ação de desapropriação para fins de utilidade pública é de dois anos a contar da edição do decreto.
64. Assinale a alternativa correta quanto ao concurso, modalidade especial de licitação.
- (A) Por não haver regra própria, utilizam-se os mesmos critérios da concorrência, objetivando o menor preço e a melhor proposta.
 - (B) Seu regulamento não pode exigir qualificação dos participantes, por ferir o princípio da isonomia.
 - (C) Há impedimento legal para a impugnação dos termos do edital em se tratando de contratação de trabalho artístico.
 - (D) Não existe a fase competitiva de disputa por preço, pois o valor a ser pago pela administração já está definido previamente no ato convocatório.
 - (E) Não se obtendo o número legal mínimo de três propostas aptas à seleção, impõe-se a repetição do ato, com a convocação de outros possíveis interessados.
65. Em razão de interesse público, decisão administrativa gerou a remoção de Banca de Jornal de determinado local, que ocupava em espaço público a título precário. Diante desse fato, assinale a alternativa correta.
- (A) Por se tratar de concessão, o proprietário da banca tem direito de permanecer naquele local.
 - (B) Tratando-se de concessão administrativa, o proprietário da banca tem direito a ser indenizado pela remoção.
 - (C) No caso, por não haver necessidade de autorização para funcionamento, o ato não deve ser motivado nem a mudança efetuada.
 - (D) Por se tratar de permissão de uso, a decisão administrativa não deve ferir o direito adquirido do permissionário, proprietário da banca.
 - (E) Há possibilidade de revogação da permissão de uso de bem público, que não confere ao permissionário direito à sua manutenção no local.
66. As agências reguladoras têm natureza jurídica de
- (A) empresa pública com estruturação orgânica e funcional em nível constitucional.
 - (B) modelo descentralizado, regulatório, vinculado a uma empresa pública especialmente criada para esse fim.
 - (C) órgão federal, integradas por entidades dotadas de características não uniformes, variáveis dentro de determinados limites.
 - (D) órgão integrante de administração direta, configurando-se em regime de autonomia econômico-financeira, por meio de receitas próprias.
 - (E) pessoas jurídicas de direito público, classificadas como autarquias especiais, condição essencial para que desempenhem efetivamente seu papel.
67. No caso de responsabilidade civil da administração pública e a culpa de terceiro, assinale a alternativa correta.
- (A) Por se tratar de responsabilidade objetiva, a administração é responsável em todos os casos por ato danoso por culpa de terceiro.
 - (B) Fato de terceiro não rompe o nexo causal, no caso de responsabilidade objetiva por omissão.
 - (C) Por se tratar do rompimento do nexo causal, a responsabilidade é elidida por culpa de terceiro.
 - (D) Com exceção da culpa exclusiva da vítima, não há excludente de culpa de terceiro para a responsabilidade civil objetiva.
 - (E) Inexiste o direito de regresso para a administração, se o dano foi causado por terceiro.

68. Uma característica desse princípio é a que prevê que os atos não serão imputados a quem os pratica, mas, sim, à entidade à qual está vinculado. Trata-se do princípio da
- (A) impessoalidade.
 - (B) isonomia.
 - (C) publicidade.
 - (D) eficiência.
 - (E) moralidade administrativa.

DIREITO TRIBUTÁRIO

69. Na hipótese de certo contribuinte pretender pagar tempestivamente determinado tributo e impondo a Fazenda Pública competente resistência ao recebimento mediante subordinação ao cumprimento de obrigação acessória, deve o contribuinte promover ação
- (A) anulatória de lançamento tributário com depósito do montante integral.
 - (B) cautelar fiscal.
 - (C) consignatória em pagamento.
 - (D) anulatória de débito fiscal com pedido de tutela antecipada.
 - (E) executória contra a Fazenda Pública.
70. Determina o Código Tributário Nacional que, sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os
- (A) gravados com cláusula de impenhorabilidade, dependendo da data da constituição da cláusula.
 - (B) gravados com cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição da cláusula.
 - (C) bens ou rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
 - (D) gravados com ônus real, dependendo da data da constituição do ônus.
 - (E) gravados com cláusula de inalienabilidade, dependendo da data da constituição da cláusula.

71. _____ utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, mas não para definição dos respectivos efeitos tributários.
- De acordo com o Código Tributário Nacional, completa corretamente a lacuna a expressão: os princípios gerais de direito
- (A) privado.
 - (B) público.
 - (C) tributário.
 - (D) financeiro.
 - (E) administrativo.

72. A Constituição Federal veda a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, bem como veda que referida cobrança se dê antes de decorridos noventa dias da publicação da lei que os instituir ou aumentar. Tais vedações refletem o que a doutrina, respectivamente, denomina de princípio da anterioridade e de noventena.
- Assinale a alternativa na qual se encontra um tributo que se sujeita à anterioridade, mas excepciona a noventena.
- (A) Empréstimo compulsório instituído no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
 - (B) Empréstimo compulsório instituído para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
 - (C) Imposto sobre produtos industrializados.
 - (D) Imposto de renda.
 - (E) Contribuição de intervenção no domínio econômico.

73. A competência tributária para instituir imposto sobre a propriedade territorial rural pertence
- (A) exclusivamente à União.
 - (B) privativamente aos municípios que optarem por fiscalizar e cobrar o imposto, na forma da lei, conforme determina a Constituição Federal.
 - (C) concorrentemente à União e aos municípios que optarem por fiscalizar e cobrar o imposto, na forma da lei, conforme determina a Constituição Federal.
 - (D) concorrentemente à União e ao Distrito Federal.
 - (E) residualmente aos Estados e ao Distrito Federal, caso optem por fiscalizar e cobrar o imposto, na forma da lei, conforme determina a Constituição Federal.

74. Encontra previsão expressa no procedimento que rege a execução fiscal:
- (A) a exceção de pré-executividade.
 - (B) a prescrição intercorrente.
 - (C) a presunção absoluta de liquidez e certeza da Dívida Ativa regularmente inscrita.
 - (D) a denúncia espontânea.
 - (E) a impenhorabilidade de plantações.
75. Assinale a alternativa correta no que respeita ao procedimento da medida cautelar fiscal.
- (A) Se a execução judicial estiver em Tribunal, a medida cautelar fiscal será requerida ao juiz competente para a execução judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública.
 - (B) Da sentença que decretar a medida cautelar cabe agravo de instrumento.
 - (C) O indeferimento da medida cautelar fiscal obsta a que a Fazenda Pública intente a execução judicial da Dívida Ativa, se o juiz, no procedimento cautelar fiscal, acolher alegação de remissão.
 - (D) Se, por qualquer motivo, cessar a eficácia da medida cautelar fiscal, será permitido à Fazenda Pública repetir o pedido pelo mesmo fundamento.
 - (E) O requerido será citado para, no prazo de 5 dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretenda produzir.
76. É causa que suspende a exigibilidade do crédito tributário:
- (A) a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória.
 - (B) a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.
 - (C) a conversão do depósito em renda.
 - (D) o depósito do seu montante integral.
 - (E) o pagamento antecipado e a homologação do lançamento.
77. Exercida de forma regular, a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do poder público ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, autoriza a cobrança de
- (A) imposto.
 - (B) contribuição de melhoria.
 - (C) preço público.
 - (D) tarifa.
 - (E) taxa.
78. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato, pelas formas especificadas no Código Tributário Nacional.
- Assinale a alternativa que traduz, corretamente, uma situação na qual a referida disposição não se aplica.
- (A) Aquisição por sócio da sociedade falida.
 - (B) Adquirente identificado como agente do devedor em recuperação judicial.
 - (C) Aquisição por parente, em linha reta até o 4.º grau, do devedor falido.
 - (D) Aquisição por parente, em linha colateral até o 4.º grau, do devedor em recuperação judicial.
 - (E) Adquirente, na hipótese de alienação judicial, de unidade produtiva, em processo de recuperação judicial.
- ### DIREITO DO TRABALHO
79. Assinale a alternativa correta.
- (A) Toda relação de emprego é uma relação de trabalho, mas nem toda relação de trabalho é uma relação de emprego.
 - (B) A prestação de serviços autônomos é aquela executada por conta e risco do tomador dos serviços.
 - (C) A relação de trabalho temporária é aquela que se realiza sem predeterminação de prazo, reconhecida pela lei como relação de emprego.
 - (D) O avulso não-portuário desenvolve atividades de movimentação de mercadorias em áreas urbanas, com vínculo empregatício e intermediação de sindicato.
 - (E) Tanto a relação de trabalho temporário quanto o trabalho avulso não-portuário não encontram legislação específica, sendo integralmente regidos pela CLT.
80. De acordo com o disposto nos artigos 10 e 448 da Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) a mudança na propriedade da empresa afeta os contratos de trabalho dos respectivos empregados.
 - (B) a mudança na estrutura jurídica da empresa afeta os contratos de trabalho dos respectivos empregados.
 - (C) a transformação de uma sociedade limitada em sociedade anônima afeta os contratos de trabalho em curso.
 - (D) qualquer alteração na estrutura jurídica das empresas afetará os direitos adquiridos por seus empregados.
 - (E) a modificação na propriedade ou na estrutura jurídica da empresa não afetará os contratos de trabalho em curso.

81. É lícita a alteração do contrato individual de trabalho realizada
- (A) por mútuo consentimento, mesmo que acarrete prejuízo direto para o empregado.
 - (B) por mútuo consentimento, mesmo que acarrete prejuízo indireto para o empregado.
 - (C) por mútuo consentimento que não acarrete prejuízo direto ou indireto para o empregado.
 - (D) unilateralmente pelo empregador que acarrete prejuízo indireto para o empregado, mas não direto.
 - (E) sem a anuência do empregado que lhe acarreta prejuízo direto, mas não indireto.
82. João, Augusto e Mateus trabalham para a mesma empregadora. Para João, a empregadora fornece vestuário a ser utilizado na prestação do serviço. Para Augusto, a empregadora fornece vestuário por força do costume. Para Mateus, fornece educação em estabelecimento de terceiro, compreendendo não só a matrícula e mensalidade, como também material didático. Dessa forma, é correto afirmar, com fulcro no artigo 458 da CLT, que
- (A) as utilidades fornecidas a João, Augusto e Mateus são consideradas salário.
 - (B) apenas as utilidades fornecidas a Augusto são consideradas salário.
 - (C) apenas as utilidades fornecidas a João e Augusto são consideradas salário.
 - (D) apenas as utilidades fornecidas a Augusto e Mateus são consideradas salário.
 - (E) apenas o material didático fornecido a Mateus e as utilidades fornecidas a Augusto são consideradas salário.
83. Amanda, Carlos e Flávia trabalham para a mesma empregadora e todos realizam viagens para executarem seus misteres. Em determinado mês, Amanda recebeu ajuda de custo equivalente a 50% de seu salário fixo. Carlos recebeu diárias para viagem no equivalente a 40% de seu salário fixo. Flávia recebeu ajuda de custo e também diárias para viagem, cada uma no equivalente a 60% de seu salário fixo. Assim, é correto afirmar que, no referido mês, integram o salário os valores pagos
- (A) aos três empregados.
 - (B) a Amanda e a Flávia.
 - (C) a Flávia, a título de diárias.
 - (D) a Flávia, a título de ajuda de custo.
 - (E) a Carlos e a Flávia, a título de diárias.
84. Proceder ao registro das entidades sindicais e zelar pelo princípio da unicidade sindical, atualmente, compete ao
- (A) Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
 - (B) Cartório de Registro Civil de Pessoas Físicas.
 - (C) Ministério Público do Trabalho.
 - (D) Ministério do Trabalho e Emprego.
 - (E) Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
85. A EC 20/98, ao restringir a concessão do salário-família e do auxílio-reclusão aos dependentes dos segurados de baixa renda, tornou efetivo o princípio da
- (A) equidade na forma de participação no custeio.
 - (B) universalidade da cobertura.
 - (C) universalidade do atendimento.
 - (D) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.
 - (E) irredutibilidade do valor dos benefícios.
86. Assinale a alternativa correta.
- (A) O princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, no que tange à previdência social, é mitigado, porque o gozo das prestações previdenciárias apenas será devido aos segurados e seus dependentes.
 - (B) O princípio da universalidade da cobertura e do atendimento aplica-se à seguridade social, mas não à assistência social e à previdência social.
 - (C) O princípio da universalidade da cobertura e do atendimento aplica-se à previdência social, mas não à assistência social e à saúde.
 - (D) A vertente subjetiva do princípio da universalidade e do atendimento determina que o legislador e o administrador público adotem medidas para cobrir o maior número de riscos sociais possíveis.
 - (E) A vertente objetiva do princípio da universalidade da cobertura e do atendimento determina que a seguridade social alcance o maior número possível de pessoas que necessitem de cobertura.

87. O crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações (CP, art. 313-B) tem penas aumentadas se
- (A) praticado mediante fraude.
 - (B) praticado com intuito de obter lucro.
 - (C) o agente estiver a serviço da Administração.
 - (D) praticado por funcionário público, ou com sua conivência.
 - (E) da modificação ou alteração resultar dano para a Administração Pública ou para o administrado.
88. Responderá pelo crime de concussão (CP, art. 316, *caput*) o funcionário público que
- (A) exigir tributo indevido.
 - (B) exigir para outrem, indiretamente, em razão da função pública, vantagem indevida.
 - (C) aceitar promessa indevida em razão da função.
 - (D) empregar meio vexatório para a cobrança de contribuição social.
 - (E) desviar, em proveito próprio, o que indevidamente recebeu para recolher aos cofres públicos.
89. O funcionário público que, em conluio com particular, facilita-lhe a prática de contrabando será processado por
- (A) corrupção passiva, do art. 317 do CP.
 - (B) facilitação de contrabando ou descaminho, do art. 318 do CP.
 - (C) prevaricação, do art. 319 do CP.
 - (D) condescendência criminosa, do art. 320 do CP.
 - (E) contrabando ou descaminho, do art. 334 do CP.
90. Assinale a alternativa correta no que concerne à configuração típica do crime de advocacia administrativa (CP, art. 321).
- (A) Não é punido se o patrocínio ocorrer em favor de cônjuge, ascendente ou descendente.
 - (B) Não se configura se o interesse patrocinado pelo agente for legítimo.
 - (C) Só se configura se o interesse patrocinado pelo agente for ilegítimo.
 - (D) Exige como sujeito ativo um funcionário público.
 - (E) É punido com pena de reclusão.
91. Determina o art. 327 do CP: “considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitória ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.” O § 2º do mesmo artigo traz causa de aumento de pena se os autores dos crimes previstos no respectivo capítulo forem ocupantes de
- (A) cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público.
 - (B) cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista ou empresa pública, apenas.
 - (C) cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta ou sociedade de economia mista, apenas.
 - (D) cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, apenas.
 - (E) cargos em comissão, apenas.
92. A conduta de “solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função” caracteriza crime de
- (A) corrupção ativa.
 - (B) corrupção passiva.
 - (C) tráfico de influência.
 - (D) exploração de prestígio.
 - (E) condescendência criminosa.
93. De acordo com a regra do art. 10 do CPP, “o inquérito deverá terminar no prazo de _____ dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de _____ dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.”
- Assinale a alternativa que preenche, adequada e respectivamente, as lacunas do texto.
- (A) 5 ... 15
 - (B) 5 ... 30
 - (C) 10 ... 30
 - (D) 10 ... 90
 - (E) 30 ... 90

94. Nos termos do art. 26, da Lei n.º 7.492/86, os crimes lá definidos serão de competência da
- (A) Justiça Federal, sempre.
 - (B) Justiça Estadual, sempre.
 - (C) Justiça Federal ou da Justiça Estadual, definindo-se a questão pela regra da prevenção.
 - (D) Justiça Federal ou da Justiça Estadual, definindo-se a questão pela regra *intuitu personae*.
 - (E) Justiça Estadual, como regra, mas da Justiça Federal caso se trate de delito transnacional.

DIREITO DO CONSUMIDOR

95. A coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo são consideradas
- (A) pessoas jurídicas atuando como fornecedores.
 - (B) sucessores de fornecedores.
 - (C) consumidores por equiparação.
 - (D) associações com fins lucrativos.
 - (E) incapazes de representar o consumidor.
96. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, estão incluídas no conceito de serviços, desde que prestadas mediante remuneração,
- (A) as atividades de natureza financeira e securitária, excetuando-se as de natureza bancária e de crédito.
 - (B) as atividades de natureza bancária, excetuando-se as de natureza securitária e as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
 - (C) as atividades de natureza financeira e securitária, salvo as de natureza bancária e as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
 - (D) as atividades de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
 - (E) as atividades de natureza securitária e de crédito, salvo as de natureza bancária, financeira e as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
97. Ao tratar do conceito de fornecedor, o Código de Defesa do Consumidor
- (A) não inclui entes despersonalizados.
 - (B) abrange pessoas físicas ou jurídicas que desenvolvem atividades de criação.
 - (C) restringe-se a pessoas jurídicas, podendo ser públicas ou privadas.
 - (D) não abrange pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras.
 - (E) afasta as pessoas jurídicas que atuam com comércio exterior.

98. De acordo com expressa e literal disposição do Código de Defesa do Consumidor, o princípio da ação governamental, no sentido de proteger efetivamente o consumidor, manifesta-se
- (A) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.
 - (B) pela presença do Estado no mercado estrangeiro.
 - (C) pelo monopólio estrangeiro no mercado nacional.
 - (D) pela estipulação de metas mínimas para a variação da taxa de juros do mercado interbancário.
 - (E) por meio da nacionalização de excedentes de produção.

99. O reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo é um princípio que se reflete na
- (A) isonomia das partes da relação de caráter trabalhista.
 - (B) existência de contratos de adesão.
 - (C) estipulação de cláusula arbitral pelas partes em contratos paritários.
 - (D) produção industrial em pequena escala.
 - (E) facilitação da defesa dos direitos do consumidor.
100. A efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos, previstas no Código de Defesa do Consumidor,
- (A) são direitos que só poderão ser exercidos em juízo, decaindo dois anos após a lesão.
 - (B) são direitos básicos do consumidor.
 - (C) implicam em permanente estudo do mercado de trabalho.
 - (D) são matérias que podem ser arbitradas pelo fornecedor ao consumidor pessoa física.
 - (E) prescrevem em cinco anos, contados da data de ocorrência da violação.

